

O novo Código Florestal é constitucional, decide STF

Categories : [Notícias](#)

O Supremo Tribunal Federal terminou nesta quarta-feira (28) o julgamento de quatro ações que questionavam a constitucionalidade de 23 dispositivos do novo Código Florestal e uma ação que pedia para a lei ser considerada válida. O ministro Celso de Mello desempatou o julgamento.

Com voto acompanhando o relator Luiz Fux e o ministro Dias Toffoli, o decano do STF considerou parcialmente válida a lei 12.651/2012. O resultado desagradou ambientalistas, que esperavam que o tribunal corrigisse o que consideram falhas da lei.

A anistia a quem desmatou a área de reserva legal e área de preservação permanente antes de 22 de julho de 2008 era um desses pontos que os ambientalistas queriam corrigir, mas a maioria dos ministros considerou que ela não fere a Constituição.

Outro ponto polêmico declarado constitucional foi a autorização para o poder público reduzir área de 80% para 50% a reserva legal em municípios no bioma Amazônico com mais de 50% de terra indígena e unidade de conservação dentro de seus limites.

PRA liberado

Um dos pilares do novo Código Florestal, o Programa de Regularização Ambiental (PRA) foi considerado constitucional, após voto de desempate do decano. O PRA impede que produtores rurais que aderiram ao programa sejam multados por desmatar reserva legal e área de preservação permanente antes de 22 de julho de 2008. Segundo o entendimento da corte, uma vez que os proprietários continuam sujeitos a punição na hipótese de descumprimento dos termos de compromisso, não há anistia.

A grande maioria dos dispositivos da lei foi considerada constitucional, com exceção do trecho do Código que estabelecia a proteção apenas do entorno de nascentes perenes, aquelas nascentes que não secam numa parte do ano. Os ministros excluíram a expressão “perene”, o que permite a proteção também das nascentes intermitentes, aquelas que secam em determinadas estações.

O Supremo também considerou inconstitucional o trecho da lei que permitia o desmatamento de área de preservação permanente para obras de infraestrutura destinadas à gestão de resíduos e instalações para competições esportivas e reforçou que a autorização para o desmate dessas áreas sensíveis só poderá ocorrer por interesse social, utilidade pública ou na ausência de alternativa técnica e locacional.

Ruralistas comemoram

Após o julgamento, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) soltou nota elogiando a decisão do Supremo. Para Alceu Moreira (PMDB-RS), vice-presidente da FPA, a decisão da Suprema Corte é uma vitória. “Há um exagero quando se trata do meio ambiente frente ao progresso do país. Um nunca anula o outro. Eles são complementares. O ganho conquistado hoje mostra isso”, disse.

“Estamos aliviados. O Código garante tranquilidade a quem trabalha e produz nesse país”, diz o senador Cidinho Santos (PR-MT), vice-presidente da FPA no Senado.

Na terça-feira (27), a líder dos ruralistas, deputada Tereza Cristina (DEM-MS), afirmou que lutaria para aprovar uma outra lei restabelecendo o Código Florestal caso do STF derrubasse a lei. Não precisará.

Leia Também

<http://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/se-o-stf-derrubar-o-codigo-ruralistas-lutarao-para-restabelecer-a-lei/>

<http://www.oeco.org.br/noticias/celso-de-mello-decidira-a-validade-do-novo-codigo-florestal/>

<http://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/video-por-que-e-importante-implementar-o-codigo-florestal-por-juliano-assuncao/>